

## O RÁDIO AS SUAS RELAÇÕES HISTÓRICAS COM OS ESPORTES, E A REALIDADE DO TOCANTINS

*The Radio its Historical Relations with Sports, and the Reality of Tocantins*

**Claudius Vinicius Souza Oliveira**

Universidade Federal do Tocantins

**Maria José de Pinho**

Universidade Federal do Tocantins

**Valquíria Guimarães da Silva**

Universidade Federal do Tocantins

### RESUMO

O artigo trata-se da temática sobre o processo histórico do rádio, os desafios dessa mídia tradicional, um dos essenciais fóruns de debates. Especialmente no universo esportivo, particularmente no estado do Tocantins. As pesquisas foram viabilizadas por intermédio de investigações bibliográficas e documentais. O nosso propósito foi analisar as contribuições históricas do rádio nas comunicações das sociedades, imperioso na participação cidadã e a formação das opiniões populares. As conclusões indicam que o rádio, especialmente relacionado aos esportes, por meio do seu papel em informar, entreter e ofertar lazer alcança os objetivos na sua relação com a sociedade, contribuindo civicamente com a cidadania, desde a sua criação até os dias atuais.

**Palavras-chaves:** Esportes; História; Jornalismo.

### ABSTRACT

The article deals with the theme about the historical process of radio, the challenges of this traditional media, one of the essential debate forums. Especially in the sports world, particularly in the state of Tocantins. The research was made possible through bibliographic and documentary investigations. Our purpose was to analyze the historical contributions of radio in the communications of societies, imperative on citizen participation and the formation of popular opinions. The conclusions indicate that radio, especially related to sports, through its role in informing, entertaining and offering leisure, achieves the objectives in its relationship with society, civically contributing to citizenship, from its creation to the present day.

**Keywords:** Sports; History; Journalism.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como propósito discutir o processo histórico de criação e desenvolvimento do rádio, com ênfase em sua relação com as práticas esportivas. No contexto tocantinense, essa relação adquire características particulares, uma vez que o Estado do Tocantins, apesar de sua recente formação política e administrativa, possui o compromisso histórico de consolidar meios de comunicação voltados à valorização e integração de sua população. Nesse cenário, o rádio ocupa posição de destaque, constituindo-se como um instrumento essencial para a disseminação de informações, a promoção da cultura e o fortalecimento da identidade regional.

A abordagem sobre a responsabilidade da mídia radiofônica na transmissão de atividades esportivas revela-se relevante, considerando-se que o rádio, ao informar, entreter e proporcionar lazer, cumpre uma função social de grande importância, contribuindo para a formação cívica das comunidades alcançadas por sua programação. Compreender como essa mídia tradicional se estabeleceu e se transformou ao longo do tempo permite analisar sua permanência e influência na sociedade contemporânea.

A trajetória do rádio no Brasil e, particularmente, no Tocantins, foi marcada por desafios e transformações significativas. No território tocantinense, as condições geográficas, econômicas e estruturais impuseram obstáculos específicos, que influenciaram diretamente a implantação e a consolidação desse meio de comunicação. Assim, torna-se pertinente investigar os fatores que contribuíram para o desenvolvimento do rádio no Estado, destacando seu papel como difusor de práticas esportivas e como veículo de construção da cidadania e da memória coletiva.

O estudo fundamenta-se em fontes bibliográficas e documentais que abordam a temática proposta. Seu objetivo central é analisar o processo histórico de surgimento e popularização do rádio, com foco em sua atuação como divulgador dos esportes, especialmente no contexto do Tocantins. Busca-se, desse modo, contribuir para o aprofundamento das discussões sobre a história da radiodifusão e do jornalismo esportivo regional, favorecendo a compreensão da importância dessa mídia no cenário comunicacional tocantinense.

Para garantir coerência e clareza na exposição das ideias, o artigo está organizado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Seguindo pela seção, intitulada “A história do rádio no mundo, no Brasil e no Tocantins”, apresenta um panorama histórico e contextual sobre o desenvolvimento desse meio de comunicação. Na sequência, denominada “O esporte no rádio e o jornalismo esportivo no Tocantins”, analisa a relação entre o rádio e as práticas esportivas, destacando as especificidades regionais e as contribuições dessa mídia para a sociedade local (grifo nosso).

## HISTÓRIA DO RÁDIO: NO MUNDO, NO BRASIL E NO TOCANTINS

O rádio constitui-se como uma das mídias mais populares e influentes da história contemporânea, apresentando uma trajetória marcada por relevantes acontecimentos que consolidaram seu papel como meio de informação e entretenimento. Nesta seção, apresenta-se uma síntese sobre o desenvolvimento histórico do rádio no mundo, no Brasil e, posteriormente, no Estado do Tocantins, com base no referencial teórico utilizado neste estudo.

A origem do rádio está associada às experiências do físico italiano Guglielmo Marconi, que, em 1896, apresentou o protótipo de um aparelho transmissor sem fios, considerado o primeiro rádio da história. Marconi é amplamente reconhecido como o criador da telegrafia sem fio, tecnologia que revolucionou a comunicação à distância. Em 1899, o pesquisador realizou uma das primeiras transmissões bem-sucedidas de sinais do código Morse, que atravessaram o Canal da Mancha, conectando a Inglaterra à França (Tuffani, 2010).

Sem apoio institucional em seu país de origem, Marconi transferiu-se para a Inglaterra, onde consolidou suas pesquisas e obteve reconhecimento internacional. Em 1901, alcançou um feito histórico ao conseguir que o sinal da letra “S”, transmitido em código Morse a partir da Inglaterra, cruzasse o Oceano Atlântico, sendo recebido com clareza na região que hoje corresponde ao território do Canadá (Tuffani, 2010). Esse marco representou a comprovação prática da possibilidade de comunicação por ondas eletromagnéticas em longas distâncias.

Os experimentos de Marconi foram fundamentados nas teorias de James Clerk Maxwell, físico e matemático escocês que, no século XIX, postulou a existência das ondas eletromagnéticas e sua capacidade de propagação no espaço. Essas hipóteses foram confirmadas, posteriormente, pelos estudos experimentais do físico alemão Heinrich Hertz, cujas descobertas forneceram as bases científicas para a radiocomunicação moderna.

A partir de 1912, Marconi iniciou a produção industrial de aparelhos de rádio, ampliando o alcance da tecnologia ao equipar embarcações e estações de comunicação. Nesse período, também promoveu a criação da Imperial Wireless Scheme, iniciativa voltada à instalação de estações radiofônicas de ondas curtas no território britânico, o que contribuiu significativamente para o avanço da comunicação sem fio e para a consolidação do rádio como meio global de difusão de informações.

em 1912 a companhia de Marconi já produzia aparelhos de rádio em larga escala, particularmente para navios. Em 1915, durante e depois da primeira guerra mundial assumiu várias missões diplomáticas em nome da Itália, em 1919, foi o delegado italiano na Conferência de paz de Paris (Fortes, 2010, p.1).

O feito de Guglielmo Marconi foi amplamente contestado a partir de 1943, quando a Suprema Corte dos Estados Unidos concluiu que suas invenções não eram de autoria exclusiva. De acordo com a decisão, já existiam fundamentos teóricos e experimentais anteriores que subsidiaram

as transmissões radiofônicas. O cientista Nikola Tesla, nascido no então Império Austro-Húngaro atual território da Croácia, já havia registrado patentes que serviram de base para os avanços científicos posteriormente atribuídos a Marconi. Apesar disso, Marconi sustentou nunca ter tido acesso aos estudos de Tesla, o que foi considerado pela Corte uma declaração inverídica (Jung, 2004).

Ainda assim, os defensores de Marconi afirmam que ele foi o primeiro a realizar experimentos bem-sucedidos com radiotelegrafia e radiotelefonia sem o uso de fios condutores, revolucionando as comunicações a longas distâncias e em locais de difícil acesso, como nas navegações marítimas, em que o uso de fiações era inviável (Jung, 2004).

Atribui-se ao engenheiro e cientista canadense Reinald Aubrey Fessenden a primeira transmissão da voz humana pelo rádio, realizada em 1906. O episódio ocorreu na noite de Natal daquele ano, quando Fessenden transmitiu um concerto natalino – composto por mensagens, vozes e músicas aos marinheiros da *United Fruit Company*, que navegavam entre o Atlântico Norte e o Mar do Caribe (Ferreira, 2013).

No contexto brasileiro, o marco oficial da radiodifusão é reconhecido na transmissão do discurso do então presidente da República, Epitácio Pessoa, em 7 de setembro de 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil. O médico e cientista Edgar Roquette-Pinto, estudioso da radioeletricidade, esteve presente no evento e, diante da relevância da experiência, articulou com a Academia Brasileira de Ciências a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 1923 (Haussen *et al.*, 2004).

As emissoras pioneiras brasileiras, em geral, surgiram da iniciativa de grupos de amigos e entusiastas da tecnologia. Um exemplo é a Rádio Clube de Pernambuco, fundada sob a liderança de Oscar Moreira Pinto, em 6 de abril de 1919. Seus fundadores reivindicam o título de primeira emissora do país, apoiando-se em registros do *Jornal do Commercio* do Recife, que noticiou o feito no dia seguinte à transmissão. No entanto, a emissora só foi oficialmente registrada em 1923.

Entre os anos de 1923 e 1924, diversas rádios foram inauguradas no Brasil, entre elas: Rádio Clube de São Paulo, Rádio Sociedade da Bahia, Ceará Rádio Clube e Rádio Clube do Brasil, esta última localizada no Rio de Janeiro e criada com o propósito de atuar comercialmente. Para tanto, seus administradores solicitaram autorização ao governo federal para a veiculação de propagandas, o que representava uma inovação para a época (Meneguel; Oliveira, 2018).

Outros estados também iniciaram suas transmissões radiofônicas nesse período. No Rio Grande do Sul, destacaram-se a Sociedade Rádio Pelotense, em Pelotas, e a Rádio Sociedade Gaúcha, em Porto Alegre, que reivindicam o pioneirismo no estado e na região Sul. No Paraná, foi criada a Rádio Clube Paranaense, enquanto em São Paulo surgiram novas emissoras, como a Rádio Clube São Paulo (na capital) e a Rádio Clube de Ribeirão Preto (no interior). Na região Norte, foi fundada a Rádio Clube do Pará, uma das mais antigas ainda em operação (Meneguel; Oliveira, 2018).

Entretanto, a história oficial do início do rádio no Brasil é motivo de controvérsias. Registros do *Jornal do Commercio* datados de 10 de junho de 1900 relatam que o Padre Roberto Landell de Moura, natural do Rio Grande do Sul, realizou, a partir de 1892, experimentos com aparelhos de sua autoria nas cidades de São Paulo e Campinas (Tuffani, 2010).

Em 1899, o *Jornal do Estado de São Paulo* publicou que o padre havia conseguido transmitir vozes humanas sem o uso de fios, utilizando como ponto de emissão o Colégio das Irmãs de São José, atual Colégio Santana, localizado no bairro paulistano de mesmo nome (Tuffani, 2010).

Apesar de suas contribuições, Landell de Moura enfrentou forte resistência social e religiosa. Em um episódio registrado em Campinas, sua residência paroquial foi invadida e seus equipamentos destruídos, sendo o sacerdote acusado de heresia e feitiçaria. Sem apoio institucional e desmotivado pelas críticas, o padre afastou-se das pesquisas em radioeletricidade, dedicando-se posteriormente à fitoterapia. Retornou ao Rio Grande do Sul, onde faleceu em 1928, aos 67 anos (Tuffani, 2010).

A primeira regulamentação das transmissões radiofônicas no Brasil foi instituída em 1923, mas a legislação abrangente sobre o setor surgiu apenas em 1931. No governo de Getúlio Vargas, foi publicado, em 27 de maio de 1931, o Decreto nº 20.047, que revogava as normas anteriores e estabelecia um novo modelo regulatório, inspirado na jurisprudência dos Estados Unidos (Sousa, 2016).

O decreto legalizou a publicidade comercial no rádio e definiu as condições para concessão de canais, sob a supervisão dos Correios e Telégrafos, responsáveis pela cobrança de taxas. Contudo, a complexidade burocrática retardou a implementação plena da lei, que passou a vigorar apenas em 1º de março de 1932, sob o novo Decreto nº 21.111, que atualizou cláusulas e consolidou o marco jurídico da radiodifusão brasileira.

Para os efeitos deste regulamento, constituem serviços de radiocomunicação: a radiotelegrafia, a radiotelefonia, a radiotelefotografia, a radiotelevisão e quaisquer outras utilizações da radioeletricidade, para a transmissão ou recepção, sem fio, de escritos, signos, sinais, sons ou imagens de qualquer natureza, por meio de ondas hertzianas (Brasil, 1932, p.01).

Fica evidente a abrangência do Decreto nº 21.111/1932, que marcou a consolidação da política de concessão das frequências radiofônicas, muitas vezes destinadas a indivíduos influentes da sociedade brasileira. O crescimento do número de emissoras ocorreu de forma acelerada, ainda que com limitada intervenção estatal. Entretanto, com a promulgação da Constituição de 1934, Getúlio Vargas manteve-se no poder e criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável por exercer um rígido controle centralizado da comunicação, diretamente subordinado à Presidência da República (Sousa, 2016).

Em 1937, com a instauração do Estado Novo, Vargas dissolveu o Congresso Nacional e intensificou o controle sobre os meios de

comunicação. Nesse período, o rádio se consolidava como um dos principais veículos de informação e entretenimento no Brasil. Paralelamente, na Europa, o rádio já era amplamente utilizado como instrumento de propaganda ideológica, como exemplificado pelo regime nazista de Adolf Hitler, que instituiu o Ministério da Propaganda e utilizou amplamente as transmissões radiofônicas como meio de mobilização social (Sousa, 2016).

A popularidade do rádio no Brasil atingiu novos patamares em 1938, quando a Copa do Mundo de Futebol, realizada na França, foi transmitida ao vivo, conquistando grande audiência nacional. A partir de 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, o jornalismo radiofônico ganhou força, transmitindo aos ouvintes notícias sobre os principais acontecimentos do conflito (Sousa, 2016).

Com o fim da guerra, em 1945, Vargas apoiou a candidatura de seu ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, que foi eleito presidente e assumiu o cargo em 31 de janeiro de 1946. Seu governo foi caracterizado pelo respeito às normas legais e pela continuidade do desenvolvimento das comunicações (Sousa, 2016).

Nesse mesmo período, Assis Chateaubriand introduziu no país uma nova forma de comunicação: a televisão. A inauguração do novo meio coincidiu com a realização da primeira Copa do Mundo de Futebol disputada pelo Brasil, fortalecendo os debates sobre a necessidade de implementação efetiva de um Código Nacional de Radiodifusão, ainda incipiente devido ao cenário político internacional conturbado (Sousa, 2016).

Em 1951, Getúlio Vargas retornou ao poder por meio do voto direto. Seu governo reduziu para três anos o prazo de concessão das emissoras de rádio. No entanto, enfrentou forte oposição, especialmente do jornalista Carlos Lacerda. As intensas pressões políticas culminaram com o suicídio de Vargas em 1954 (Sousa, 2016).

As discussões sobre a regulamentação da radiodifusão prolongaram-se até 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Nesse contexto, o deputado federal e radialista Nicolau Tuma apresentou um projeto de lei para a criação do Código Brasileiro de Radiodifusão. Tuma, que se destacara como narrador esportivo, ganhou notoriedade por sua velocidade ao narrar partidas, o que lhe rendeu o apelido de “*speaker-metralhadora*” (Vaz Filho, 2009).

Em 1961, Jânio Quadros – ex-prefeito e governador de São Paulo – foi eleito presidente da República. No mesmo ano, promulgou o Decreto nº 50.666, que criou o Conselho Nacional de Telecomunicações (CNT), subordinado diretamente ao presidente, mas mantendo a Comissão Técnica de Rádio já existente. Ainda em 1961, Quadros renunciou ao cargo (Brasil, 1961).

Após sua renúncia, o vice-presidente João Goulart assumiu o poder em 1962. Nesse período, o então presidente do Senado, Alexandre Marcondes Filho, apresentou um projeto de lei que resultaria no Código Brasileiro de Telecomunicações. O projeto gerou intenso debate no Legislativo, sendo posteriormente sancionado por Goulart, que vetou 52

artigos. Sob pressão do Congresso Nacional e das entidades representativas das emissoras de rádio e televisão, como a recém-criada Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), os vetos foram derrubados (Sousa, 2016).

No contexto tocaninense, após a criação do Estado do Tocantins em 1988, a capital foi transferida de Miracema para Palmas em 1990. A primeira emissora de rádio inaugurada na nova capital foi a Rádio Palmas FM, fundada em 1995, posteriormente renomeada como Rádio 96 FM. O movimento que originou a emissora foi liderado pelo então secretário estadual de Comunicação, Sebastião Vieira de Melo, que também fundou o Instituto Dom Alano Marie Du Noday, em 1996 (Paixão, 2013).

De acordo com Paixão (2013, s/n):

[...] através da lei nº 826 de 29 de março de 1996, cria o Instituto Dom Alano Marie Du Noday, entidade de direito público, criada sob a forma de autarquia, cuja missão era contribuir para o desenvolvimento cultural do Estado, por meio das várias formas de difusão de massa, atuando como unidade complementar da Universidade do Tocantins (UNITINS), vinculada com o Governo do Tocantins, o qual tinha a cargo a gestão e operação de uma Rede de Rádio e TV Educativa do Estado.

Outro nome de destaque no processo de consolidação da radiodifusão no Estado do Tocantins foi Francisco Erasmo Damasceno, que, em 1996, assumiu a presidência do Instituto Dom Alano Marie Du Noday. Sua gestão teve como objetivo principal aprimorar a qualidade técnica das transmissões radiofônicas, promovendo a modernização dos estúdios de gravação e a ampliação da grade de programação das emissoras vinculadas à instituição.

Ainda em 1996, o programa “A Voz do Tocantins” tornou-se um importante instrumento de fortalecimento do rádio no estado. O programa possuía forte caráter institucional, sendo utilizado como veículo de divulgação das ações governamentais da gestão do então governador José Wilson Siqueira Campos. A criação do programa foi idealizada pelo jornalista Ricardo Abalém, que à época exercia o cargo de superintendente do Instituto Universidade de Radiodifusão Educativa (IURE), órgão vinculado à Unitins.

Além de idealizador, Abalém também atuava como apresentador de “A Voz do Tocantins”, veiculado de segunda a sexta-feira no período matutino. O programa era transmitido em cadeia por 17 emissoras, abrangendo não apenas o território tocaninense, mas também alcançando estados vizinhos, como Bahia, Goiás e Maranhão. Em 1997, um ano após sua criação, o programa incorporou uma participação feminina, com a locutora Mara Rita, o que contribuiu para diversificar o formato e ampliar o alcance de sua audiência.

Segundo Paixão (2013, s/n):

[...] No início Ricardo Abalém também ficou responsável pela apresentação da Voz do Tocantins e relata os principais objetivos do programa. A Voz do Tocantins veio com a missão de informar institucionalmente as ações do

governo, levar para a comunidade, para população, os serviços que estavam sendo prestados, orientando a população como participar dos programas sociais, especialmente, explicou.

Embora já houvesse transmissões radiofônicas no Estado do Tocantins, a emissora de rádio legalmente concebida ainda não existia, a permissão para o funcionamento oficial ocorreu no segundo semestre de 1999.

De acordo com Paixão (2013, s/n):

O processo de criação da Rádio Palmas FM só ganha corpo em 1999, quando o Instituto Dom Alano é transformado em Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), pelo Governo do Estado, através da Lei nº 981, de 14 de maio de 1999, com objetivo de regularizar a TV Palmas junto ao Ministério das Comunicações. Em setembro de 1999, a Câmara dos Deputados aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade do Tocantins para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmas, Estado do Tocantins. A rádio Palmas FM, agora, já poderia entrar em funcionamento em caráter experimental. O que ocorreu com a sua inauguração oficial em 1º de fevereiro de 2000.

A cerimônia de inauguração da Rádio Tocantins FM ocorreu no Teatro Fernanda Montenegro, localizado no Espaço Cultural de Palmas, e contou com a presença de diversas autoridades estaduais. Após a solenidade, o então governador José Wilson Siqueira Campos concedeu uma entrevista nos estúdios da nova emissora. Nesse momento inicial, a grade de programação ainda era limitada, contudo, o programa “A Voz do Tocantins” manteve espaço garantido na emissora (Paixão; Rocha, 2018).

A Rádio Palmas FM, por sua vez, teve como endereço inicial a Rua NSA, Quadra 101, Conjunto 2, Lote 6, na região central da capital. A emissora compartilhava as instalações com a TV Palmas, que já operava no mesmo local. Apenas em 4 de junho de 2002, a Rádio Palmas FM obteve todas as licenças definitivas de funcionamento, consolidando-se oficialmente como veículo legalizado de radiodifusão no Estado (Paixão; Rocha, 2018).

A trajetória do rádio no Tocantins reflete a relevância comunicativa e ideológica dessa mídia, especialmente durante o processo de formação político-administrativa do Estado. Antes da criação do Tocantins, quando o território ainda integrava o Estado de Goiás, havia carência de políticas públicas voltadas às necessidades locais. Nesse contexto, a comunicação radiofônica emergiu gradualmente, partindo de sistemas de alto-falantes comunitários, evoluindo para rádios experimentais não autorizadas e, posteriormente, para emissoras legalmente constituídas (Paixão; Rocha, 2018).

Durante o período de transição, a clandestinidade radiofônica possibilitou maior liberdade editorial, uma vez que as transmissões não estavam submetidas às oligarquias políticas dominantes. A história da radiodifusão brasileira evidencia que as concessões públicas de funcionamento foram frequentemente destinadas a grupos políticos

influentes, e no Tocantins essa prática também se repetiu. A Organização Jaime Câmara, de origem goiana, exerceu forte influência sobre o sistema comunicacional tocaninense, expandindo suas operações para o interior do novo Estado a partir de 1991 (Paixão; Rocha, 2018).

Um exemplo dessa relação entre poder político e concessão radiofônica é o Decreto nº 87.615, de 21 de setembro de 1982, que autorizou o funcionamento da Rádio Siqueira Campos Ltda., uma estação de radiodifusão sonora de onda média, com abrangência regional, localizada na cidade de Colinas do Tocantins. Posteriormente, essa concessão foi revogada pelo Decreto de 10 de maio de 1991 (Paixão; Rocha, 2018).

A estreita relação entre concessões legais e influência política resultou, historicamente, em limitações à liberdade de expressão e ao pluralismo ideológico. Nesse cenário, as rádios de baixa potência, conhecidas como “rádios piratas”, desempenharam papel importante ao garantir certa pluralidade de vozes e ao promover o exercício da liberdade de imprensa no Tocantins (paixão; rocha, 2018).

Apesar das tensões entre poder político e autonomia jornalística, é inegável que a ação estatal foi determinante para o fortalecimento do rádio no Estado. A criação da primeira emissora legalmente instituída a Rádio Palmas FM na recém-fundada capital Palmas, representou um marco na oficialização e institucionalização da comunicação radiofônica tocaninense.

## O ESPORTE NO RÁDIO E O JORNALISMO ESPORTIVO NO TOCANTINS

As transmissões esportivas constituíram um dos principais elementos responsáveis pela popularização do rádio enquanto meio de comunicação de massa no Brasil. Historicamente, o vínculo entre rádio e esporte remonta a 7 de setembro de 1922, data oficialmente reconhecida como o marco inaugural das transmissões radiofônicas no país, realizada durante as comemorações do centenário da Independência do Brasil (Polleto *et al.*, 2015).

Nos primeiros anos, as transmissões esportivas limitavam-se à veiculação de boletins informativos, que apresentavam resultados e notícias sobre diferentes modalidades, sem restrição temática ao futebol. Essa característica contribuiu para ampliar o alcance e o interesse do público, consolidando o rádio como um importante difusor de práticas esportivas e de valores socioculturais associados ao lazer e à cidadania (Polleto *et al.*, 2015).

A primeira transmissão radiofônica esportiva ao vivo ocorreu em 19 de julho de 1931, quando o locutor Nicolau Tuma narrou uma partida do VIII Campeonato Brasileiro de Futebol, transmitida pela Rádio Sociedade Educadora Paulista. O confronto foi disputado entre as seleções de São Paulo e Paraná, no campo da Chácara da Floresta, localizado no bairro Ponta Grande, em São Paulo (Polleto *et al.*, 2015).

Diante da ausência de numeração nas camisas dos jogadores, Tuma recorreu à observação de características físicas individuais para identificá-los durante a narração, demonstrando improviso e criatividade

em um contexto de forte limitação técnica. O radialista é amplamente reconhecido por introduzir a prática de narrar “em cima do lance”, isto é, no exato momento da ocorrência dos fatos, técnica que se tornaria uma marca distintiva do jornalismo esportivo radiofônico. Além disso, é a Nicolau Tuma que se atribui o uso inicial do termo “radialista” para designar os profissionais da radiodifusão (Polleto *et al.*, 2015).

De acordo com Soares (1994, *apud* Poletto *et al.*, 2015, p. 02):

Tuma também ficou conhecido por ser o criador do termo “radialista”. Em entrevista a José Mauro Pires, Tuma comenta que num congresso de rádio no Rio de Janeiro, usou o termo “radialista”. Ninguém entendeu e ele explicou sua teoria para a nova palavra: explicou dizendo que *radiviria* de rádio e *alista* de idealista, o que segundo Tuma, “retratava bem o profissional do rádio”. A partir de então, o termo se popularizou no país todo e é usado até os dias de hoje.

As transmissões esportivas radiofônicas, inicialmente de caráter regional, tiveram em Nicolau Tuma seu principal precursor. No entanto, a primeira transmissão com abrangência nacional ocorreu em 1938, sob a narração de Gagliano Neto, que transmitiu as partidas da Copa do Mundo de Futebol, realizada na França. Essa ampla cobertura só foi possível graças à formação de um pool de emissoras dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que uniram esforços técnicos e logísticos para viabilizar a transmissão (Polleto *et al.*, 2015).

Entre as emissoras pioneiras na cobertura esportiva destaca-se a Rádio Clube de Curitiba, que em 2 de setembro de 1934 transmitiu a partida entre Atlético Paranaense e Coritiba, disputada no Estádio da Baixada, de propriedade do Atlético. A transmissão foi conduzida simultaneamente por dois locutores Jacinto Cunha e Jofre Cabral fato considerado incomum para a época (Polleto *et al.*, 2015).

Os primeiros narradores enfrentaram diversas dificuldades estruturais e técnicas, como a precariedade dos equipamentos e a ausência de espaços adequados nos estádios para a instalação dos postos de locução. A improvisação era, portanto, uma prática constante. Como nem todas as pessoas possuíam aparelhos de rádio, era comum que as transmissões fossem retransmitidas por alto-falantes instalados em praças públicas e ruas das cidades, possibilitando o acompanhamento coletivo dos eventos esportivos (Polleto *et al.*, 2015).

Outro desafio recorrente nas transmissões iniciais dizia respeito à intensidade do ruído das torcidas, que muitas vezes dificultava a audição das narrações. Diante dessas adversidades, os locutores desenvolveram estratégias criativas para manter a comunicação com o público. Um exemplo emblemático é o de Ari Barroso, que utilizava uma gaita para sinalizar os gols durante as partidas que narrava, conferindo um tom lúdico e inovador à transmissão (Polleto *et al.*, 2015).

Com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, as transmissões esportivas passaram por um processo de profissionalização e reorganização estrutural. O avanço tecnológico permitiu a ampliação das equipes de trabalho, com a inclusão de comentaristas e repórteres ao

lado dos locutores, o que proporcionou maior dinamismo e credibilidade às coberturas esportivas. Esse aprimoramento contribuiu para o crescimento da audiência e para a consolidação do rádio como um importante veículo de informação e entretenimento (Polleto *et al.*, 2015).

Na década de 1960, destaca-se o locutor Fiori Gigliotti, em São Paulo, cuja forma inovadora de narrar introduziu um tom mais emocional e descontraído às transmissões, popularizando o uso de bordões e expressões marcantes. Já nas décadas seguintes, nomes como Jorge Cury, Waldir Amaral, Osmar Santos e José Carlos Araújo consolidaram a tradição do radialismo esportivo brasileiro, caracterizado pela irreverência e pela forte conexão com os ouvintes (Polleto *et al.*, 2015).

Com o crescimento das transmissões televisivas a partir da década de 1970, o rádio precisou reinventar suas estratégias comunicacionais para manter a audiência. Os locutores passaram a adotar uma postura mais interativa e bem-humorada, criando um vínculo afetivo com o público. Nessa mesma época, a adoção das frequências moduladas (FM), na década de 1980, marcou a modernização técnica das transmissões esportivas (Polleto *et al.*, 2015).

Entre as transformações mais polêmicas do setor está a introdução da chamada “narração via tubo”, modalidade em que o locutor narra os lances a partir das imagens televisivas no estúdio, sem estar presente no local do evento. Seus defensores apontam as vantagens econômicas e a viabilidade logística, especialmente em locais sem infraestrutura adequada. Por outro lado, críticos argumentam que essa prática compromete a autenticidade da narração e pode gerar interpretações equivocadas dos lances (Polleto *et al.*, 2015).

Cabe ainda ressaltar a contribuição de Narciso Vernizzi, que iniciou sua carreira em 1949, na então Rádio Pan-Americana (atual Jovem Pan). Vernizzi foi o criador do plantão esportivo diário, que passou a complementar as transmissões com informações atualizadas sobre competições, resultados e notícias, mantendo o público permanentemente informado. Conhecido como o “Homem do Tempo”, Vernizzi também foi pioneiro na apresentação diária das condições meteorológicas, iniciada em 1963. O apelido foi atribuído pelo jornalista Ney Gonçalves Dias (Lopomo, 2007).

A influência da televisão sobre o rádio se manifestou também na criação de programas esportivos de mesa-redonda, que iam além das transmissões ao vivo e dos boletins informativos. Um exemplo notável foi o programa “Facit”, exibido pela Rede Globo entre 1966 e 1971, apresentado por João Saldanha, Armando Nogueira, Luiz Mendes e Nelson Rodrigues, e que reunia personalidades do esporte e da comunicação em debates sobre o cenário esportivo nacional (Bonsanti, 2017).

Ferraretto (2014, p. 217), descreve a necessidade de mudanças na qualificação dos profissionais do rádio para acompanhar a realidade exigidas instalada no processo de comunicação:

O trabalho do repórter esportivo até meados dos anos 1970 caracterizava-se por uma mistura, nem sempre bem dosada, de informações e opinião. Dessa realidade, surgiu a

expressão cronista esportivo, identificando um profissional que calca o seu trabalho na impressão pessoal. Gradativamente, a esse setor da atividade radiofônica foram se estendendo os princípios básicos do jornalismo. A busca pela notícia ganhou mais espaço e, no cotidiano do repórter, a opinião deu lugar à interpretação.

A televisão brasileira também consolidou, ao longo das décadas, diversos programas esportivos de grande repercussão, que contribuíram para a formação de uma cultura midiática voltada ao esporte. Entre esses programas, destacam-se os exibidos pela TV Manchete, emissora que, enquanto esteve em atividade, apresentava um noticiário esportivo com duas edições diárias, nos períodos vespertino e noturno. Já a TV Bandeirantes, reconhecida nacionalmente como o “canal dos esportes”, manteve uma programação voltada prioritariamente às competições esportivas, dedicando os domingos a transmissões e coberturas de diversas modalidades (Beting, 2015).

Nesse contexto, o rádio passou a enfrentar maior concorrência com o avanço da televisão, sendo constantemente pressionado a aperfeiçoar o nível técnico e jornalístico de suas programações esportivas, a fim de manter sua relevância e audiência. Embora as transmissões radiofônicas de partidas esportivas tenham se iniciado oficialmente em 1931, foi apenas a partir das décadas de 1960 e 1970 que os programas em formato de mesa-redonda se popularizaram entre as emissoras. Até então, predominavam nos radiojornais matérias breves e informativas sobre o universo esportivo, sem ocuparem longos períodos da grade de programação (Beting, 2015).

Henrique (2013, s/n), fez observações sobre as primeiras transmissões esportivas:

Naquela época as transmissões futebolísticas se resumiam a boletins informativos para os ouvintes. Relatam os historiadores que Tuma foi o “pai da narração esportiva no Brasil”, pois foi o pioneiro na ideia de irradiar um jogo na íntegra. Foi ao vestiário antes do início da partida para anotar as características físicas de cada jogador (naquele tempo ainda não se usavam os números às costas nas camisas dos clubes) e assim poder identificá-los no decorrer da narração. O radialista, que ficou conhecido como o “locutor metralhadora” por seu estilo rápido de transmitir as partidas, aproveitou a ocasião para explicar as regras do esporte que ainda estava engatinhando rumo ao sucesso no país. O jogo terminou em 6 a 4 para os donos da casa.

A Rádio Record foi pioneira na implantação do plantão esportivo, que tinha o nome “Esporte nas Antenas”, além da transmissão dos jogos de futebol em cadeia com emissoras de outros municípios a Record foi a primeira a acrescentar outros esportes, como o boxe, basquetebol e turfe ampliado o seu grupo de ouvintes (Groll, 2016).

A rádio Bandeirantes que foi inaugurada em seis de maio de 1937, já existia com grande audiência a Educadora Paulista, a Rádio Record e a Rádio São Paulo, neste contexto a nova emissora precisava apresentar

algo diferente, a emissora aposta então na veiculação de Música Popular Brasileira (MPB) e programas de esporte.

Parron (2012, s/n), aborda a história da Rádio Bandeirantes:

Por essa época os ouvintes estavam acostumados com a Educadora Paulista, Record, Kosmos e rádio São Paulo e não foi tarefa fácil para a novata Bandeirantes enfrentar a concorrência, razão pela qual foi necessária uma completa reformulação na sua programação antes mesmo de completar um ano de vida. As músicas eruditas, aos poucos, deram lugar à MPB e ao esporte, este último de forma improvisada já que o locutor comercial Tito Fleury é quem narrava e o diretor artístico Enéas Machado de Assis comentava os jogos. Se não emplacaram em audiência foram, certamente, inovadores ao adotar vestimenta padrão para identificá-los como radialistas da Bandeirantes, hoje tão comum, naquela época uma surpresa. Em 1939, a emissora criou um departamento exclusivo para o esporte profissionalizando, por assim dizer, as transmissões. O primeiro contratado foi Ary Silva, que era do jornalismo impresso dos Diários Associados de Assis Chateaubriand.

A Rádio então conseguiu a sua popularidade também pela fácil aceitação dos esportes, no início os programas esportivos eram improvisados até mesmo pelos apresentadores responsáveis, Tito Fleury que era um locutor de comerciais passou a cuidar das comunicações esportivas ao lado do diretor artístico Enéas Machado de Assis (Parron, 2012).

No ano de 1939, a Rádio Bandeirantes criou um departamento de esportes, formando uma equipe exclusiva para atender o seguimento, o Jornalista Ary Silva que era remanescente do Jornal Diários Associados de Assis Chateaubriand fez parte da equipe. Foi criado como primeiro programa esportivo da emissora “Bola ao Ar”, de autoria de Otávio Gabus Mendes, com apresentação e produção de Ary Silva, tendo características mais profissionais.

A década de 1940 ficou marcada, segundo Ribeiro (2007), pelo surgimento das grandes estrelas da imprensa esportiva. Além disso, no Rio de Janeiro, no dia 2 de dezembro de 1944, nascia a Rádio Globo. Já a Rádio Panamericana, de São Paulo, foi “[...] a primeira do rádio brasileiro a ter um dia inteiro, sete dias por semana, um ano de programação esportiva” (RIBEIRO, 2007, p. 113). Na emissora, eram transmitidas partidas de diversas modalidades como golfe, luta livre, boxe, basquete e vôlei, e todos que trabalhassem na rádio deveriam saber sobre todos os esportes. Nessa época, segundo Ribeiro (2007), o futebol e os demais esportes ganhavam espaço nas principais rádios e jornais do centro do país (Groll, 2016, s/n).

A crônica esportiva radiofônica seguiu seu processo histórico, o futebol era protagonista nas transmissões esportivas, ganhou mais força com a profissionalização influenciando as transmissões esportivas pelo Rádio, considerando que mobilizou o comércio e a indústria, atraindo os interesses das publicidades.

Dia 16 de abril de 1933. Há 80 anos o futebol profissional era implementado no Brasil, mais precisamente no estádio das Laranjeiras, sede do Fluminense. Na ocasião, o Tricolor enfrentava o Corinthians e apresentava pela primeira vez para a sociedade a sua equipe de profissionais. A partida marcava uma implantação do processo de regime profissional no futebol brasileiro, que sofria com alguns clubes que remuneravam seus jogadores de forma escondida, o que fazia com que esses atletas se dedicassem exclusivamente ao futebol, num profissionalismo clandestino (Dias, 2013, s/n).

O surgimento da televisão, na década de 1950, representou uma mudança significativa no panorama das comunicações brasileiras, especialmente no campo esportivo. Diante da concorrência com o novo meio audiovisual, o rádio passou a concentrar suas transmissões no futebol, modalidade de maior popularidade nacional, como estratégia para manter sua audiência e preservar seu espaço entre os meios de comunicação. Apesar dessa reconfiguração de foco, o rádio não perdeu sua relevância social e cultural, permanecendo como um importante veículo de informação e entretenimento (Kotscho, 2018).

A telecomunicação brasileira, entretanto, apresentou avanços lentos em seu processo de nacionalização. O Jornal Nacional, primeiro telejornal em rede nacional, iniciou suas transmissões apenas em 1969, e o país ainda enfrentava graves deficiências na infraestrutura de telefonia, o que dificultava a comunicação até mesmo entre capitais, devido à ausência de redes integradas (Kotscho, 2018).

Um marco relevante nesse contexto foi a Copa do Mundo de 1958, realizada na Suécia, cujo primeiro título conquistado pela Seleção Brasileira foi transmitido pelo rádio, mesmo com a televisão já em operação. O período era de grande otimismo nacional, impulsionado pelo governo de Juscelino Kubitschek, que investiu fortemente na industrialização, na construção de Brasília e na expansão dos setores de transporte e energia, embora as telecomunicações não tenham acompanhado o mesmo ritmo de desenvolvimento (Kotscho, 2018).

Carvalho (2011) propõe um modelo de programação para o jornalismo esportivo radiofônico baseado na interação democrática com os ouvintes, permitindo a participação popular e priorizando o trabalho externo dos repórteres, que devem estar inseridos no cotidiano das ruas. Segundo o autor, tal modelo pode ser aplicado tanto em emissoras dedicadas exclusivamente ao esporte quanto em rádios de programação geral, desde que reservem parte de sua grade para a cobertura esportiva.

Além disso, Carvalho (2011) destaca a importância do público fiel que acompanha as transmissões esportivas nas capitais e no interior, o que reforça a necessidade de as emissoras atenderem à demanda crescente por conteúdo esportivo qualificado.

Dessa forma, observa-se que, com o advento da televisão, o rádio anteriormente caracterizado pela diversidade esportiva em sua programação passou a priorizar o futebol, modalidade que se profissionalizou oficialmente na década de 1930 e consolidou-se como símbolo da cultura popular brasileira.

A 'monocultura do futebol', para Antônio Maria Filho, restringe o espaço para a cobertura dos esportes olímpicos na mídia. Outros fatores que diminuiriam visibilidade do esporte amador seriam a globalização e a presença de jogadores brasileiros em times europeus. 'O brasileiro só pensa em futebol', disse. Com esse quadro, não é possível cobrir o dia-a-dia das outras modalidades: 'O esporte olímpico brasileiro fica largado, a não ser quando há uma grande competição' (Diniz, 2008, s/n).

O esporte amador ocupa espaço nas mídias tradicionais sobretudo durante os períodos de grandes competições internacionais, como os Jogos Pan-Americanos, torneios mundiais e, principalmente, os Jogos Olímpicos. Entretanto, fora desses eventos, observa-se uma redução significativa na visibilidade e na credibilidade destinada às modalidades amadoras, que passam a receber pouca atenção da cobertura jornalística (Diniz, 2008).

De acordo com Diniz (2008), a mídia não exerce controle direto sobre o processo cultural, mas tende a seguir as diretrizes sociais dominantes, respeitando os valores e padrões morais que orientam a sociedade. Assim, o confronto com as normas estabelecidas não costuma ser de interesse dos meios de comunicação, uma vez que pode gerar conflitos capazes de afastar a audiência e comprometer o alcance comercial das produções midiáticas.

No contexto capitalista contemporâneo, a lógica industrial e mercadológica se sobrepõe, muitas vezes, ao comprometimento com o serviço público de informação. Nessa perspectiva, a publicidade adquire maior destaque que o conteúdo jornalístico, interferindo na dinâmica dos meios de comunicação. Tal fenômeno é perceptível em diversas plataformas, como sites, jornais, programas de rádio e televisão, nos quais interrupções frequentes por intervalos comerciais acabam prejudicando a continuidade e a profundidade das matérias (Diniz, 2008).

O ciclo cultural de favorecimento ao futebol, consolidado como principal produto midiático esportivo, contribui para o enfraquecimento do esporte amador. A ausência de visibilidade nas mídias reduz o interesse do público, o que, por sua vez, diminui a pressão social necessária à formulação de políticas públicas voltadas ao setor. Como consequência, o esporte amador perde representatividade e se fragiliza institucionalmente, perpetuando um processo de marginalização simbólica e estrutural (Diniz, 2008).

Ferraretto (2014, p. 215) destaca a importância do esporte nas emissoras de rádio e a predominância do futebol nas programações:

O esporte constitui-se em objeto tão importante da cobertura jornalística que, nas grandes emissoras, leva a criação de uma área de organizacional própria. Esta adquiri, conforme a rádio, a denominação de central ou departamento, predominando o foco sobre o futebol. Em menor proporção, outras modalidades recebem também um tratamento jornalístico.

A hegemonia do futebol no cenário esportivo brasileiro representa um desafio para a diversificação das práticas esportivas e para a

valorização do esporte amador. A consolidação dessa monocultura esportiva decorre, em grande parte, da excelência histórica do Brasil no futebol e de seu papel simbólico como mecanismo de ascensão social e identidade nacional. Contudo, conforme argumenta Diniz (2008), é possível romper com essa lógica mediante o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à valorização de outras modalidades esportivas, bem como à criação de espaços adequados à prática e difusão de esportes diversos, capazes de estimular novos interesses na população.

A concentração de público em eventos esportivos configura um atrativo natural para a iniciativa privada, que busca investimentos com retorno financeiro. Nesse contexto, a presença midiática torna-se elemento essencial para a consolidação de novas manifestações culturais relacionadas ao esporte (Diniz, 2008). Apesar disso, o acesso desigual aos meios de comunicação ainda limita a visibilidade do esporte amador, sobretudo porque a população brasileira mantém-se dependente das mídias tradicionais, como a televisão aberta e o rádio, em razão das condições socioeconômicas e da distribuição desigual de renda (Diniz, 2008).

Após o encerramento de grandes competições, como os Jogos Olímpicos, observa-se uma breve repercussão midiática dos resultados e das trajetórias dos atletas, que logo são substituídas por novas pautas de maior apelo popular. Assim, o esporte amador retorna à invisibilidade, o que reforça o ciclo de desinteresse público e institucional. A centralidade do futebol como principal pauta esportiva impede uma cobertura continuada sobre a falta de infraestrutura, a gestão inadequada de recursos e os desafios enfrentados por outras modalidades, inibindo o progresso e a profissionalização do esporte amador (Diniz, 2008).

O fortalecimento das práticas amadoras depende de um conjunto articulado de ações, que ultrapassa a atuação voluntária e exige políticas públicas eficazes, voltadas ao fomento de competições de base, como os Jogos Escolares e Universitários, além de incentivos para que clubes comunitários e populares ampliem sua oferta de modalidades além do futebol. Nesse sentido, países desenvolvidos, como os Estados Unidos, apresentam modelos exitosos de incentivo ao esporte amador, com integração entre escolas, universidades, iniciativa privada e governo, o que resulta em melhor desempenho em competições internacionais (Diniz, 2008).

A mídia, por sua vez, exerce papel decisivo nesse processo. Quando omite ou minimiza a cobertura de esportes amadores, contribui para o desinteresse público. Para Diniz (2008), é necessário que os meios de comunicação assumam sua responsabilidade social, promovendo a divulgação contínua dessas modalidades, de modo a estimular a popularização de novas práticas esportivas. Além disso, recomenda-se cautela na criação de expectativas exageradas sobre os atletas em períodos pré-competitivos, visto que resultados aquém do esperado podem gerar desmotivação e impactos negativos na imagem pública das modalidades.

O jornalismo esportivo no Tocantins acompanhou a trajetória do próprio rádio no estado, refletindo o contexto político, econômico e

cultural de cada período histórico. As emissoras de rádio constituíram-se em espaços fundamentais para a prática comunicativa, mas enfrentaram dificuldades de manutenção devido à falta de políticas públicas de apoio, à escassez de patrocínios e à fragilidade econômica regional, o que levou ao encerramento de diversas estações (Paixão, 2013).

Da mesma forma, o desempenho modesto das equipes locais e a formação ainda incipiente dos atletas limitaram a atração de investimentos públicos e privados. Apesar dessas adversidades, o trabalho dos radialistas esportivos foi essencial para manter viva a tradição radiofônica e consolidar a memória do esporte no estado. A trajetória individual dos locutores representa, assim, um elemento central para compreender a história do rádio esportivo tocantinense (Paixão, 2013).

Entre os pioneiros do jornalismo esportivo no Tocantins destaca-se Domingos Gomes do Espírito Santo, conhecido profissionalmente como Domingos Santos, que iniciou sua carreira transmitindo partidas em carros de som instalados às margens dos campos de futebol. Posteriormente, passou a atuar na Rádio Siqueira Campos, sediada no município de Colinas do Tocantins. Outro nome relevante é Ademar Camelo da Costa, que chegou ao estado em 1993, oriundo de Goiás, e trabalhou inicialmente como correspondente da Prefeitura de Palmas. No rádio tocantinense, atuou em emissoras como a Rádio Araguaia (Porto Nacional) e a Rádio Jovem Palmas AM (Palmas), contribuindo para o fortalecimento da cobertura esportiva local.

Ademar lembra que as transmissões direto dos estádios eram uma verdadeira maratona. As linhas telefônicas eram caras para serem disponíveis nas cabines de transmissão, então era preciso fazer malabarismo puxando cabos, passando por cima de árvores, alambrados, ruas e outros obstáculos para conseguir transmitir. Destaca que na inauguração do Estádio “Mirandão”, em Araguaína, no jogo do Goiás contra o time da casa, foi um “Deus nos acuda” para conseguir linhas e efetuar o trabalho (Oliveira *et al.*, 2012, p. 331).

A trajetória de Wildercio Leonival de Almeida, conhecido nas transmissões radiofônicas como “Léo Almeida”, iniciou-se em 1999, na Rádio Tocantins AM, na cidade de Porto Nacional. Posteriormente, passou a atuar na Rádio Jovem Palmas AM, exercendo a função de correspondente do noticiário referente ao município onde residia. Em seguida, integrou as equipes da Rádio Criativa FM, da Rádio Tocantins FM, ambas sediadas em Palmas, e, posteriormente, da Rádio 96 FM, consolidando uma trajetória marcada pela versatilidade e pelo comprometimento com o jornalismo esportivo (Oliveira *et al.*, 2012).

O radialista Luiz Carlos Ferreira, conhecido profissionalmente como “Lula”, iniciou sua carreira no rádio tocantinense em 1991, na Rádio Anhanguera, em Porto Nacional, já possuindo experiência prévia como locutor em emissoras de Goiânia. Em 1993, transferiu-se para Palmas, onde passou a integrar a equipe da *Comunicatins* atual Redsat. No ano de 2000, passou a atuar como profissional autônomo (freelancer) na Rádio 96 FM, sendo posteriormente contratado de forma definitiva, em

2002, como programador musical e integrante da equipe de esportes, participando de transmissões esportivas e coberturas especiais (Oliveira *et al.*, 2012).

[...] Lula afirma que é uma área muito gratificante. É algo que faz com muito prazer e com muita satisfação. Ele conta que toda tristeza ou preocupação vão embora quando chega no estúdio ou no campo. “O rádio é muito gratificante porque chega primeiro, noticia rapidamente. E quando estou dentro do campo a emoção é indescritível. A pessoa leva o radinho para o campo e diz para você que está te ouvindo, aí você manda um alô e a pessoa fica feliz. Para mim não há alegria maior”, finaliza (Oliveira *et al.*, 2012, p. 337).

Em 1984, o locutor tocantinense Núbio Brito iniciou seus trabalhos na Rádio Morena FM, instalada na fazenda Guadalajara município de Aliança do Tocantins, no ano seguinte em 1985, criou o programa “Esporte em Revista” na emissora Araguaia FM da Organização Jaime Câmara, o programa ficou no ar durante quatro anos, noticiando os mais variados esportes.

Para ele, fazer rádio esportivo no estado sempre foi um desafio, mas também uma forma de valorizar o esporte, que sempre foi tão carente de informações. “As coisas aconteciam e as pessoas não tinham ideias. Eu achava que só pelo rádio é que elas teriam a chance de saber sobre o esporte e os atletas porque é um veículo muito apropriado para divulgar a área”. Na sua opinião, não houve muito progresso do rádio esportivo no estado. Ele destaca que a Internet está consumindo um espaço importante. Aliando a isso a falta de investimento tem deixado o rádio um pouco de lado. “Há pessoas muito boas e totalmente dedicadas ao rádio, mas o mercado está desvalorizado.” Pessoas como ele, que se diz apaixonado e um grande incentivador do veículo (Oliveira *et al.*, 2012, p. 339).

Em 1997, o Tocantins recebeu o jornalista Renaldo de Jesus Cisterna, desde a sua chegada sempre trabalhou nas Organizações Jaime Câmara, Reinaldo Cisterna, foi contratado para responder sobre a editoria dos esportes no “jornal do Tocantins” passou a exercer as funções profissionais no rádio com a chegada da CBN em 2011.

Reinaldo se diz realizado com o rádio esportivo. Sabe que é uma área ainda pouco valorizada e até alerta os jornalistas mais jovens, destacando que até por uma questão de concorrência pode ser uma boa opção. “As outras áreas de jornalismo são muitas visadas. No rádio esportivo há muito espaço para trabalhar”. No entanto vale ressaltar que apesar da grande força do rádio como veículo democrático e acessível o radiojornalismo não tem sido tomado em toda a sua potencialidade, incluindo aí o jornalismo esportivo (Oliveira *et al.*, 2012, p.342).

Os radialistas em comum apresentam uma paixão pelo que fazem, envolvimento com os esportes, mesmo não estando no ar, confrontando com o imediatismo dos noticiários contemporâneos, um comportamento mais voltado para um sistema mercadológico, mais superficial, dando

preferência aos baixos investimentos, comprometendo a capacidade criativa dos protagonistas do rádio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como objetivo analisar o desenvolvimento histórico do rádio e os desafios enfrentados por essa mídia tradicional, destacando seu papel como um dos principais fóruns de debate, especialmente no contexto do jornalismo esportivo e, de modo particular, no estado do Tocantins. A partir de uma perspectiva crítica, fundamentada em fontes bibliográficas e documentais, foi possível evidenciar a relevância do rádio como meio de comunicação de caráter social e democrático, cuja permanência ao longo do tempo reafirma sua importância na mediação informativa e cultural.

Observou-se que o processo histórico de criação e popularização do rádio foi marcado por inúmeros desafios, contudo, a capacidade de adaptação dessa mídia aos avanços tecnológicos e às transformações socioculturais tem garantido sua continuidade como instrumento de comunicação de massa. O rádio mantém-se como um veículo acessível e plural, capaz de promover a inclusão social e a disseminação de conteúdos de interesse coletivo.

No âmbito das transmissões esportivas, verificou-se a necessidade de formação continuada para os profissionais da área, considerando as constantes inovações tecnológicas e as mudanças nas formas de consumo de informação. Torna-se igualmente relevante ampliar as oportunidades de inserção profissional para os novos jornalistas e comunicadores, estimulando práticas que unam tradição e inovação no cenário radiofônico esportivo.

Compreender o rádio como um instrumento democrático de comunicação social implica reconhecer suas contribuições históricas para a promoção da cidadania e para a construção de opiniões públicas críticas e participativas. Nesse sentido, espera-se que as reflexões apresentadas neste estudo possam contribuir para o fortalecimento do segmento radiofônico esportivo, fomentando discussões sobre seu papel informativo, educativo e de entretenimento, e reforçando sua função social no estímulo à participação cívica e ao desenvolvimento cultural da sociedade.

## **REFERÊNCIAS**

BETING, Erich. **A dura tarefa de transmitir esporte na TV aberta.** Disponível em: <https://negociosdoesporte.blogosfera.uol.com.br/2015/03/17/a-dura-tarefa-de-transmitir-esporte-na-tv-aberta/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BONSANTI, Bruno. **Os 100 anos de Saldanha: o João Sem Medo, o técnico e o jornalista de várias faces**. Disponível em: <https://trivela.com.br/os-100-anos-de-saldanha-o-joao-sem-medo-o-tecnico-e-o-jornalista/>. Acesso em: 13 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 50.666, de 30 de maio de 1961**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50666-30-maio-1961-390252-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 21.111, de 01 de março de 1932**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html>. Acesso em: 03 dez. 2018.

CARVALHO, Gustavo Longhi de. **Proposta de um Modelo de Programação Esportiva em Rádio**. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88222/91100>. Acesso em: 25 abr. 2018.

DIAS, Carlos. **Os 80 anos da implantação do futebol profissional no Brasil**. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/os-80-anos-da-implantacao-do-futebol-profissional-no-brasil>. Acesso: 10 dez. 2018.

DINIZ, Lilia. **Esporte amador fora da mídia**. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/esporte-amador-fora-da-midia/>. Acesso: 05 dez. 2018.

FERREIRA, Andréia da Paixão. **A invenção do rádio: um importante instrumento no contexto da disseminação da informação e do entretenimento**. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/viewFile/1967/1237>. Acesso em 27 fev. 2019.

FORTES, José. **Guglielmo Marconi recebe a patente da sua invenção, o rádio**. Disponível em: <https://www.meionorte.com/blogs/josefortes/guglielmo-marconi-recebe-a-patente-da-sua-invencao-o-radio-126733>. Acesso em: 11 nov. 2018.

GROLL, Marcus Von. **Capítulo 2: O Jornalismo Esportivo e o Rádio**. Disponível em: <http://travinha.com.br/2016/01/12/capitulo-2-o-jornalismo-esportivo-e-o-radio/>. Acesso em: 23 dez. 2018.

LOPOMO, Mario. **Leia as Histórias - Narciso Vernizzi**. Disponível em: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/1200/Narciso%2BVernizzi>. Acesso em: 12 dez. 2018.

OLIVEIRA, Daniel et al. Tocantins. In PRATA, Nair; SANTOS, Maria Cláudia (orgs.). **Enciclopédia do Rádio Esportivo Brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2012.

HAUSSEN, Doris Fagundes et al. **Rádio brasileiro: uma história de cultura, política e integração**. In BARBOSA, André Filho; PIOVESAN,

Ângelo Pedro; BENETON, Rosana (orgs.). **Rádio - sintonia do futuro**. São Paulo, Paulinas, 2004.

HENRIQUE, Carlos. **O Futebol no Rádio Brasileiro**. Disponível em: [http://futebolhistoria.blogspot.com.br/2013\\_09\\_01\\_archive.html](http://futebolhistoria.blogspot.com.br/2013_09_01_archive.html). Acesso em: 20 out. 2018

JUNG, Milton. **Jornalismo de Rádio**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

KOTSCHO, Ricardo. **JK, Copa do Mundo e Bossa Nova: 1958, o Ano em que o Mundo Descobriu o Brasil**. Disponível em: <https://www.balaiodokotscho.com.br/2018/02/10/jk-copa-do-mundo-e-bossa-nova-1958-o-ano-em-que-o-mundo-descobriu-o-brasil/>. Acesso em: 11 dez. 2018.

MENEGUEL, Yvonete Pedra; OLIVEIRA, Oseias de Oliveira. **O Rádio No Brasil: Do Surgimento à Década de 1940 e a Primeira Emissora de Rádio em Guarapuava**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/713-4.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

PAIXÃO, Cláudio Chaves; ROCHA, Liana Vidigal. **O rádio no Tocantins: o processo de implantação e consolidação das primeiras emissoras**. Disponível em: <file:///C:/Users/editor/Downloads/1395-3374-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

PAIXÃO, Cláudio Chaves. **Rádio 96,1 FM, de Palmas, completa 13 anos**. Disponível em: <http://natrilhadoradio.blogspot.com.br/2013/01/radio-961-fm-de-palmas-completa-13-anos.html>. Acesso em: 14 out. 2018.

PARRON, Milton. **Rádio Bandeirantes 75 anos: origens do esporte na programação RB**. Disponível em: <https://miltonparron.band.uol.com.br/469/>. Acesso em: 05 jan. 2019.

POLETTTO, Thays Renata *et al.* **A Transmissão Esportiva no Rádio**. Disponível em: <file:///C:/Users/claud/Downloads/998-3629-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SOUSA, Sandra Sueli Garcia; DÂNGELO, Newton. **90 Anos de Rádio no Brasil**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2016. Disponível em: [http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/ebook\\_90\\_anos\\_de\\_radio\\_2016\\_0.pdf](http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/ebook_90_anos_de_radio_2016_0.pdf). Acesso em: 10 dez. 2018.

TUFFANI, Maurício. **O verdadeiro inventor do rádio**. Disponível em: <https://www.unesp.br/aci/revista/ed14/ponto-critico>. Acesso em: 25 fev. 2019.

VAZ FILHO, Pedro Serico. **A História do Rádio Brasileiro na Perspectiva dos Jornais e Revistas do Século XX**. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/A-Hist%C3%B3ria-do-R%C3%A1dio-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

**Contato dos autores/as:**

**autor:** Claudius Vinicius Souza Oliveira  
**e-mail:** claudiusvinicius.bahea@gmail.com

**autora:** Maria José de Pinho  
**e-mail:** mjpgon@uft.edu.br

**autora:** Valquíria Guimarães da Silva  
**e-mail:** vguimaraes@mail.uft.edu.br

Manuscrito aprovado para publicação em: 23/06/2025.